

LABORATÓRIO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de modelos de inteligência artificial (IA) que contribuam para o aprimoramento dos serviços judiciais e administrativos no âmbito da 3ª Região – esse é o objetivo da criação do Laboratório de Inteligência Artificial Aplicada da 3ª Região, o LIAA-3R.

O Laboratório funcionará por meio de uma parceria permanente entre os laboratórios de inovação do TRF3 (iLabTRF3) e da Seção Judiciária de São Paulo (iJuspLab), formalizada com a publicação da Portaria Conjunta PRES/DFOR nº 1/2020. O normativo ressalta, entre outros pontos, a importância dos princípios constitucionais da eficiência no serviço público e do dever do Estado em estimular o fortalecimento da inovação nos entes públicos.

Para o juiz federal Caio Moysés de Lima, que atualmente coordena dois projetos no LIAA-3R, é possível, mesmo em condições de escassez de recursos, promover aperfeiçoamentos que assegurem a eficiência e a inovação. “O processo judicial eletrônico e a revolução iniciada há mais ou menos dez anos no campo da inteligência artificial oferecem uma rara oportunidade para repensar modelos organizacionais e modernizar ferramentas de trabalho. O uso de IA, em especial, pode trazer maior eficiência na execução de tarefas repetitivas, liberando a força de trabalho para a realização de atividades que exigem atenção e análise individualizadas”.

O LIAA-3R será integrado por uma



equipe multidisciplinar formada por juízes e servidores indicados pelos coordenadores dos laboratórios do TRF3 e da SJSP. Além disso, poderão ser convidados outros magistrados e servidores, advogados, partes, Ministério Público, universidades, centros de pesquisa e outros agentes de inovação para colaborar nas atividades e projetos.

“O que faz a diferença, hoje em dia, é, principalmente, o conhecimento sobre a área na qual o modelo de inteligência artificial vai atuar, no caso do Poder Judiciário, traduz-se no conhecimento jurídico de magistrados e servidores. Portanto, os projetos com maior chance de sucesso não serão aqueles criados com exclusividade pelas áreas de TI, mas os que puderem contar com uma equipe multidisciplinar que envolva principalmente os potenciais usuários dos modelos a serem desenvolvidos”, pontuou Caio Moysés.

No Poder Judiciário brasileiro já existem várias iniciativas que têm utilizado a inteligência artificial, como o Projeto Victor, do STF em parceria com a UnB; as ferramentas Sócrates e Athos (STJ); a plataforma SINAPSES (TJ/RO e CNJ); o sistema ELIS (TJ/PE e CNJ); entre outros.

No âmbito dos Tribunais Regionais Federais, o uso da inteligência artificial ainda é incipiente. Contudo, em menos de dois meses de existência, o LIAA-3R já implementou e submeteu ao CNJ o seu primeiro projeto, a SINARA - um algoritmo de inteligência artificial desenvolvido para identificar textos jurídicos como leis, artigos, alíneas, entre outros. A ideia é facilitar a pesquisa por assuntos, jurisprudência, e trabalhar essas informações para melhor gerenciar o trabalho das varas e gabinetes.

“O CNJ disponibilizou uma plataforma em que servidores de diversos tribunais já estão testando nosso algoritmo. Nessa plataforma de testes (SINAPSES) o usuário escreve um texto e a SINARA retorna com uma lista de todos os dispositivos normativos e precedentes. O algoritmo atingiu resultados tão interessantes que está ganhando visibilidade bem rápido entre os servidores que trabalham com IA”, afirmou o servidor do TRF3 e gestor técnico no LIAA-3R, Fábio Collado.■

SINAPSES

O sistema SINAPSES é uma plataforma para desenvolvimento e disponibilização em larga escala de modelos de inteligência artificial, também comumente conhecido como “Fábrica de Modelos de IA”. O objetivo da plataforma é prover um mercado de modelos para serem utilizados no PJE e possibilitar que cada tribunal possa construir seus próprios modelos, compartilhá-los e consumir os de outros tribunais.